



A Criação de Ministérios no Presidencialismo de Coalizão Brasileiro - 1988 à 2014

Estudante: Rosiene Guerra

Orientadora: Magna Inácio

Grande parte da literatura sobre presidencialismo de coalizão estuda as dimensões da composição política do gabinete presidencial, abordando os processos de seleção e nomeação de ministros. A agenda de pesquisa sobre a dimensão estrutural do Poder Executivo ainda é pouco explorada. Na tentativa de contribuir com o debate, este trabalho analisa a mudança estrutural no portfólio ministerial e relaciona esse processo às mudanças ocorridas na coalizão de governo no Brasil no período de 1988 a 2014. O argumento geral é que esses órgãos podem ser utilizados tanto para fins de patronagem quanto para policy, ou seja, tanto são utilizados como moeda de troca pelo presidente para angariar apoio no legislativo, quanto como um meio que o presidente utiliza para implementar e controlar a sua agenda política.

Pergunta

A mudança estrutural no portfólio ministerial ocorre em contexto de aumento na composição da coalizão de governo?

Objetivos e hipótese

O objetivo geral do presente estudo é verificar se esses eventos se relacionam. A hipótese é que sim, ou seja, mudanças estruturais na arena ministerial está relacionada à demanda por patronagem (*office-seeking*). Os objetivos específicos consistem em apresentar o fluxo do surgimento de novos órgãos cujos titulares são ministros de Estado; o número total de cargos de ministros de Estado que o presidente possui à sua disposição; e, relacioná-los com as coalizões existentes no período estudado.

Metodologia

A pesquisa tem caráter exploratório e utilizou pesquisa documental – legislação federal e informações biográficas (ministros) – bem como pesquisa bibliográfica. Foram considerados todos os ministérios e demais órgãos com status ministerial. Entende-se como mudança estrutural os diferentes processos que culminam em um novo órgão, ou seja, criação, fusão, desmembramento ou mudança de status. No que diz respeito aos órgãos que adquiriram status ministerial, não foi considerado o momento da sua criação em si, mas sim o momento em que o cargo chefe adquiriu tal status. Tendo em vista que cada órgão estudado possui um cargo com status ministerial, para identificação do número total desses cargos, foram construídas as seguintes variáveis: quantidade de novos órgãos (criados, fundidos, desmembrados, os que tiveram seu status alterado), de órgãos mantidos (sem alteração, com nome alterado e com estrutura alterada - Secretarias com status ministerial que se tornaram ministérios) e, por fim de

órgãos extintos. Posteriormente, foram utilizados dados relativos às coalizões (24 coalizões ao todo) e coletados os partidos de seus respectivos ministros a fim de verificar a quantidade de cargos ministeriais distribuídos entre os partidos em cada coalizão de governo.

As fontes utilizadas foram o sítio da Biblioteca da Presidência, Legislação Federal, CPDOC, CEBRAP e o banco de dados da pesquisa "Presidente e seus agentes: O Poder Executivo por Dentro" (Magna Inácio DCP/UFMG).

Resultados

Na tabela abaixo é possível verificar a quantidade de órgãos criados, fundidos, desmembrados e que tiveram seu status alterado nas 24 coalizões existentes no período analisado.

Tabela 1: Mudança estrutural em contexto de mudança na coalizão.

Número de partidos na coalizão	Mudanças estruturais			
	Criação	Fusão	Desmembramento	Status alterado
Aumentou	7	0	3	3
Reduziu	7	1	2	5
Manteve	13	1	3	4

Fonte: Elaboração própria.

Foi possível verificar que apenas nas coalizões Collor 4, Lula I 1, Lula II 2 e Dilma 2 mudanças estruturais (novos órgãos e conseqüentemente, novos cargos) coincidiram com o aumento da coalizão de governo. Dessa forma, não foi possível observar uma relação entre as variáveis, ou seja, entre as mudanças ocorridas nas coalizões dos governos e as mudanças estruturais na arena ministerial.

Considerações finais

Os resultados do estudo revelam que não houve um padrão que relacionasse a criação de novas estruturas na arena ministerial com as mudanças ocorridas na aliança multipartidária de governo, ou seja, entre a expansão do Poder Executivo e a demanda por patronagem. Sendo assim, para se entender a razão da criação desses órgãos, deve ser analisado outros fatores como legado institucional, demanda social, cumprimento do programa de governo, dentre outros não analisados no âmbito deste trabalho.

